

FH quer reduzir tensões sociais

48

TALES FARIA

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso voltou da Europa ontem disposto a fortalecer a área social de seu Governo. E o primeiro passo para isso será uma decisão de caráter econômico: revelou a assessores que, com as projeções de inflação apontando para taxas próximas de zero e até para deflação, vai cobrar do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, uma redução mais rápida das taxas de juros.

A queda dos juros e a retomada, mesmo que lenta, de uma política de desenvolvimento aliada a mecanismos de controle do desemprego, são reivindicações de praticamente todos os líderes da base governista no Congresso. Em sua avaliação, essa será a forma de convencer o Congresso a aprovar

as reformas enviadas pelo Governo. Até mesmo o líder do Governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), já cobra publicamente essas medidas:

— Não dá mais para sustentar os juros nos níveis atuais. Eles não estão caindo no mesmo ritmo da inflação e, com isso, acabam aumentando em níveis reais.

José Aníbal (SP), líder na Câmara do PSDB, o partido do presidente Fernando Henrique, vai mais além. Fala da queda dos juros, mas cobra o "aprofundamento da reforma agrária", política de combate ao desemprego e reciclagem de mão-de-obra.

— Realmente este é o momento certo para o Governo priorizar as políticas de caráter social,

administrando a política econômica de tal maneira que ela não provoque um aperto tão grande no setor produtivo — disse Aníbal.

Para o Palácio do Planalto, a adoção dessas medidas servirá também como argumento para Fernando Henrique debelar as dificuldades de relacionamento com sua base parlamentar.

O presidente voltou tendo que encarar uma penca de problemas com sua base: as intervenções no Banespa e no Banco Econômico, a rolagem das dívidas dos estados, a prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE), as privatizações das estatais — especialmente a da Vale do Rio Doce — e a agenda de votação das reformas.

Já o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), vai cobrar de Fernando Henrique uma decisão sobre se põe ou não em pauta o projeto de emenda constitucional que permite a reeleição do presidente.

Ao fortalecer o discurso social, o Palácio do Planalto acredita que Fernando Henrique também conseguirá atrair o apoio dos partidos de oposição nas votações mais complicadas.

— Se o presidente volta disposto a atacar os problemas sociais, então a Europa fez muito bem para ele. Inevitavelmente terá o nosso apoio, sem que signifique adesão à base governista. Já votamos com o Governo a quebra do sigilo bancário e a Lei Eleitoral e não teremos constrangimento de apoiar o Governo sempre que ele agir certo — confirma o líder do PT, Jacques Wagner (BA).

Roberto Stuckert Filho



FH cobrará do Ministério da Fazenda e do Banco Central mais rapidez na queda das taxas de juros

ACM propõe só mais um ano de Fundo

FORTALEZA — O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que o Fundo Social de Emergência (FSE) deve ser prorrogado por apenas um ano, e não quatro, como propõe a emenda enviada pelo Governo ao Congresso. Ele descartou a existência de conflito entre o ministro do Planejamento, José Serra, e os governadores do Nordeste, contrários à prorrogação do fundo.

O senador também voltou a cobrar do Governo mais rapidez nas privatizações, para que o Plano Real não saia comprometido.

— Se não privatizarmos logo, a inflação não será mantida no nível em que está — afirmou.

Antônio Carlos disse não acreditar que tenha havido um pacto entre o PSDB e a esquerda para a admissão na Câmara da proposta de quebra do sigilo bancário, com a qual disse concordar.